

FHC corta fundo o Orçamento

SÃO US\$ 22,1 BILHÕES. CORTES INCIDEM SOBRE FOLHA SALARIAL E PAGAMENTO DE APOSENTADOS, ENTRE OUTROS ITENS.

BEATRIZ ABREU

Um corte de despesas de US\$ 22,1 bilhões é o que prevê o projeto do novo Orçamento da União para 1994, que o presidente Itamar Franco deverá enviar ao Congresso na semana que vem. Os cortes foram anunciados ontem pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e incidirão sobre os principais gastos do governo, como folha salarial, pagamentos de aposentados, investimentos, manutenção da máquina administrativa e despesas como o pagamento dos juros da dívida interna.

FHC defendeu os cortes e a proposta de emenda à Constituição que possibilitará a criação de uma Reserva Social de Emergência de cerca de US\$ 16 bilhões em 1994 e

**Para FHC,
o Tesouro
precisa
recuperar a
função
de financiador
de gastos
públicos.**

1995. Segundo ele, estas medidas de ajuste fiscal são necessárias para que o Tesouro recupere a função de financiador dos gastos públicos.

O ministro demonstrou em uma tabela que de 1977 até o ano passado, houve um processo de "afunilamento" das receitas disponíveis da União. Em 77, a parcela de recursos disponíveis do Orçamento representava 44% do total da receita, e atualmente não passa de 20%. "Isso explica porque se cobram tantas ações do governo e o governo não tem condições de atender".

"O governo está sitiado em termos de Orçamento. Trata-se de uma república das vinculações, e aí é inviável se fazer alguma ação", insistiu Fernando Henrique, ao criticar o elevado

grau de vinculação das receitas orçamentárias (aquelas que a Constituição obriga que sejam gastas em destinações definidas, nas áreas de saúde, educação, e em repasses aos Estados e municípios).

O ministro interino do Planejamento, Raul Jungmann, defendeu os cortes e a emenda constitucional que bloqueia 15% dos recursos federais antes de serem repassados para Estados e municípios, mas não quis revelar quais os ministérios se-

ráo os mais penalizados pelos cortes. "Ainda não conversamos com os ministros", admitiu. Os dados que divulgou registram que o maior corte — US\$ 13,9 bilhões — incidirão sobre as despesas de custeio (manutenção da máquina administrativa) e investimentos públicos.

O segundo maior corte recairá sobre a folha de pessoal, que passa de US\$ 27,7 bilhões para US\$ 23,9 bilhões, sem que o governo "altere o nível de salário real" dos funcionários públicos, segundo o ministro da Fazenda. As despesas com o pagamento dos benefícios previdenciários também foram reestimadas. Os técnicos consideraram que os gastos com as aposentadorias estavam superestimados em US\$ 5,6 bilhões e decidiram restringir os benefícios em US\$ 19,1 bilhões. As transferências obrigatórias para Estados e municípios serão cortadas em US\$ 2,7 bilhões e as despesas com a parcela dos juros reais (acima da inflação) da dívida interna contidos em US\$ 1,4 bilhão.



André Dusek/AE

**“O GOVERNO ESTÁ
SITIADO EM TERMOS DE
ORÇAMENTO. TRATA-SE
DE UMA REPÚBLICA
DAS VINCULAÇÕES
E AÍ É
INVIÁVEL ALGUMA AÇÃO”**

**(Ministro
Fernando Henrique
Cardoso)**